



PREGÃO ELETRÔNICO

006/2026

CONTRATANTE (UASG 926938)

Município de Vassouras, pela Secretaria Municipal de Educação.

OBJETO

Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Material de Limpeza e higiene para atender às necessidades da Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Vassouras/RJ.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 574.367,86 (quinhentos e setenta e quatro mil trezentos e sessenta e sete reais e oitenta e seis centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia: 28/05/2026 às 10:00h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

[aberto]

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Sim

Acompanhe as sessões públicas do Município de Vassouras pelo endereço www.gov.br/compras ou diretamente pelo link <https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras> selecionando as opções: Situação: Em andamento > Etapa: Aberta para participação > Unidade Compradora: 926938.



Estado do Rio de Janeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE VASSOURAS



EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026
Processo Administrativo nº 020406/000205/2025

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Prefeitura Municipal de Vassouras, CNPJ 32.412.819/0001-07, por meio da Secretaria Municipal de Educação, sediada a Avenida Otávio Gomes, 395, Centro da Cidadania, bairro CENTRO, na cidade de VASSOURAS/RJ, CEP 27700-000, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade Pregão Eletrônico, na forma Eletrônica, com critério de julgamento Menor Preço por item, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e pelos decretos municipais 5.526/23, 5.527/23, 5.529/23, 5.568/2024 e 5.569/2024, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da Sessão Pública: 28/05/2026

Hora Inicial : 10:00h

1. DO OBJETO

1.1. Os quantitativos previstos possuem caráter meramente estimativo, não implicando obrigação de contratação integral por parte da Administração, que realizará as aquisições conforme sua necessidade.

1.2 A presente licitação tem por objeto a aquisição de material de limpeza e higiene para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação do Município de Vassouras/RJ, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

1.3 A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2 DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciadores e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

2.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até a habilitação como disposto no ART 63§1º da Lei 14133/2021.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados, diretamente por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.



- 3.6.** Para os itens propostos no Anexo do Termo de Referência, será aceito a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 3.7.** A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 3.8.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123 de 2006, e do Decreto n.º 8.538, de 2015.
- 3.9.** Não poderão disputar esta licitação:
- 3.9.1.** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.9.2.** sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 3.9.3.** empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 3.9.4.** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.9.5.** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.9.6.** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.9.7.** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1996, concorrendo entre si;
- 3.9.8.** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.9.9.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.10.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.11.** O impedimento de que trata o item 3.9.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.12.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.13.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.14.** A vedação de que trata o item 3.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.



3.15. Os bens deverão observar, sempre que possível, critérios de sustentabilidade ambiental, nos termos do art. 5º da Lei nº 14.133/2021, tais como:

- 3.15.1** I – menor impacto ambiental;
- 3.15.2** II – utilização de materiais recicláveis;
- 3.15.3** III – eficiência no consumo de recursos naturais.

4 ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

4.1 O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 A habilitação será verificada por meio dos documentos previstos no Termo de Referência (Anexo I) e demais exigências deste edital.

5.2 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.3 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.4 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6 O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.7 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7.1 no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.7.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.8 Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.8.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;



- 5.8.2** que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- 5.8.3** de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.8.4** cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.8.5** cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.8.6** constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 5.8.7** que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 5.8.8** que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 5.8.9** resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos- calendário anteriores;
- 5.8.10** constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 5.8.11** cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 5.9** A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3 ou 5.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 5.10** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.11** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.12** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 5.13** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 5.13.1** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 5.13.2** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 5.14** O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.
- 5.15** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 5.16** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 5.17** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA



6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 Valor expresso em Reais (R\$).

Item	Descrição Resumida	Marca	Fabricante	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1							
2							
3							

6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3 O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.4 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do objeto.

6.5 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.6 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6.1 No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.7 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.8 Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.9 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de fornecer os objetos licitados nos seus termos, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.10 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.11 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.12 Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

7 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema



Estado do Rio de Janeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE VASSOURAS



eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

7.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8 O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de:

SEQ	ITEM	INTERVALO MÍNIMO
1	Acendedor de fogão industrial, prático e seguro, produzindo apenas faíscas, com autonomia acima de 3 mil utilizações.	R\$ 0,01
2	Água Sanitária, multiuso, composição hidróxido de sódio e água, princípio ativo hipoclorito de sódio 2,0% a 2,5% de cloro ativo, galão contendo 05 litros	R\$ 0,01
3	Álcool Etilico, hidratado, 70°, apresentação em gel, galão com 5 litros	R\$ 0,01
4	Álcool Etilico, hidratado, 70°, embalagem com 1000 ml.	R\$ 0,01
5	Cera Incolor liquida auto brilhante, uso, indicado para: superficies sintecadas, granilite, paviflex, pisos vinílicos, ardósia, plurigoma, marmorite e similares. Composição: carnaúba, solvente, tensoativo não iônicos, alcalinizante, coadjuvante, 1,2 benzoisothiazolinona 3, emulsão de ceras naturais e sintéticas, dispersão acrílica metalizada, niveladores, plastificantes, fragrância, preservante e água. Fragrância de floral. Acondicionada em galões de 05 litros. Densidade (25°C) 0,99 a 1,01 g/mL; ph (25°C) 8,4 a 9,4; rendimento 60 a 80 m²/L; teor de não volteis 13,0 a 14,0%. Com validade mínima de 12 meses a contar da data de entrega.	R\$ 0,01
6	Copo Antivazamento Infantil 250 ml. Apresentação: Tampa e bico com furos. Capacidade igual a 250ml. Material de polipropileno. Com estampas infantis e cores diversas.	R\$ 0,01
7	Desinfetante concentrado Eucalipto, para lavagem geral de superficies, banheiros e utensílios. Por ser concentrado, proporciona otimização em sua utilização. Teor de Ativos: 25% Diluição Máxima: 1/200. Antisséptico, germicida e bactericida, aspecto físico: líquido. O produto deve ter registro no Ministério da Saúde. Embalagem com 5 Litros, com dados do fabricante, data de fabricação e prazo de validade mínima de 05 meses da entrega.	R\$ 0,01



Estado do Rio de Janeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE VASSOURAS



8	Detergente em pó para roupas. Composição: tensoativo, coadjuvante, corantes, carga e perfume. Material com inscrição no Ministério da Saúde/ANVISA. Pacote contendo 1 Kg	R\$ 0,01
9	Detergente líquido neutro biodegradável, com viscosidade aproximada de 370 - 470 cPs a 25°C e densidade aproximada de 1,00 - 1,03 g/cm ³ a 25°C, para lavagem de louças e utensílios de copa e cozinha, frasco plástico com 500 ml.	R\$ 0,01
10	Dispenser higienizador para sabonete líquido/álcool em gel com reservatório em ABS para abastecimento, com capacidade aproximada de 800 ml, com kit para fixação na parede (buchas e parafusos). Dimensões: 29 cm de altura x 12 cm de largura e 11 cm de profundidade, aproximadamente.	R\$ 0,01
11	Escova plástica para limpeza de materiais, com alça anatômica, medindo 100 mm de comprimento, cerda dura.	R\$ 0,01
12	Espanja de aço, embalagem contendo 08 unidades de lâ de aço e cada pacote com peso aproximado de 60 g.	R\$ 0,01
13	Espanja dupla face, um dos lados em fibra sintética abrasiva na cor verde, outro lado em espuma de poliuretano na cor amarela, medidas mínimas 7,5 x 11 x 02 cm.	R\$ 0,01
14	Espanja (fibra) de limpeza pesada, verde, multiuso, em fibra sintética, de limpeza geral de restaurantes, cozinhas industriais, frigoríficos e outras instalações, abrasiva para remoção de resíduos, 102 mm x 260 mm. Pacote com 10 unidades.	R\$ 0,01
15	Flanela de limpeza, 100% algodão. 57 x 39 cm, cor laranja.	R\$ 0,01
16	Fósforo, maço com 10 caixas, palito medindo 4 cm.	R\$ 0,01
17	Fralda descartável, juvenil/adulto, tamanho J, peso suportado 20 a 33 kg, tipo de cintura ajuste cômodo e flexível para dar proteção antivazamentos, loção hipoalergênica, camada ultra absorvente, barreiras antivazamento. Certificado pelo INMETRO, pacote com 10 unidades.	R\$ 0,01
18	Fralda descartável, uso noturno e diurno, peso suportado de 6 a 10 kg, tipo de cintura ajuste cômodo e flexível para dar uma proteção antivazamentos, loção hipoalergênica, camada ultra absorvente, barreiras antivazamento, certificado pelo INMETRO, pacote com 20 unidades.	R\$ 0,01
19	Fralda descartável, uso noturno e diurno, peso	R\$ 0,01



Estado do Rio de Janeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE VASSOURAS



	suportado de 9 a 13 kg, tipo de cintura ajuste cômodo e flexível para dar uma proteção antivazamentos, loção hipoalergênica, camada ultra absorvente, barreiras antivazamento, certificado pelo INMETRO, pacote com 20 unidades.	
20	Fralda descartável, uso noturno e diurno, peso suportado de 11 a 15 kg, tipo de cintura ajuste cômodo e flexível para dar uma proteção antivazamentos, loção hipoalergênica, camada ultra absorvente, barreiras antivazamento, certificado pelo INMETRO, pacote com 20 unidades.	R\$ 0,01
21	Gel Dental Infantil sem fluor, composição: Sorbitol; Água; Silica Hidratada; Lauril Sulfato de Sódio; Glicerina; Xilitol; Carboximetil celulose; Benzoato de Sódio; Sacarina Sódica. Produto registrado na Anvisa, próprio para uso diário de higiene bucal. Bisnaga com 90 g.	R\$ 0,01
22	Lenço umedecido – composto de água propileno glicol, fenoxietanol C12 – C13 paret – 7, peg – 75 lanolina, polisorbato 20, benzoato de sódio, metil parabeno, ácido cítrico, fosfato de sódio dibásico, perfume, EDTA tetrassódico, propilparabeno copoliol dimeticona, embalagem contendo 400 unidades.	R\$ 0,01
23	Limpador desengordurante, sem fragrância, acondicionado em frasco de 500 ml com spray, ideal para higienização das áreas de preparação de alimentos, como: pias, fogões, aparelhos de microondas, geladeiras e coifas.	R\$ 0,01
24	Líquido multiuso instantâneo, 500 ml, para Remoção de gorduras, fuligem, poeira, marcas de dedos e saltos, riscos de lápis, etc., com a Seguinte composição mínima: - tensoativo Aniônico biodegradável; - tensoativo não Aniônico; - coadjuvantes; - solubilizante; - Veículo; - perfume; - ph: 7,0 (+/- 0,5); - teor de Sólidos: 15 a 16 %; - volume: mínimo 99% do Declarado na embalagem ou rótulo.	R\$ 0,01
25	Lixeira inox 5 litros, com tampa e acionamento por pedal, para setor administrativo. Dimensões aproximadas: 19 x 25 cm.	R\$ 0,01
26	Lixeira inox 12 litros, com tampa e acionamento por pedal, para banheiro. Dimensões aproximadas: altura 37,6 cm; largura 23,8 cm; profundidade 32 cm.	R\$ 0,01
27	Luva descartável, não estéril, tamanho único, material plástico, para manuseio de alimentos, pacote contendo 100 unidades.	R\$ 0,01
28	Luva em látex na cor amarela, com interior em	R\$ 0,01



Estado do Rio de Janeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE VASSOURAS



	algodão, medindo 31 cm de comprimento e 0,55 mm de espessura, com palma AD. Embalagem contendo um par de luvas.	
29	Luva de procedimento, em látex 100% natural, ambidestra, com pó, acondicionada em caixa contendo 100 unidades, tamanho M.	R\$ 0,01
30	Pá para lixo, material plástico, com cabo medindo aproximadamente 60 cm de comprimento.	R\$ 0,01
31	Pano de limpeza multiuso, descartável, com fibras de poliéster e viscose, absorvente, antibacteriano, 100% biodegradável. Bobina 300 m x 28 cm. Pano picotado da bobina 28 cm x 50 cm.	R\$ 0,01
32	Papel higiênico, folha dupla, picotado, branco, macio, gramatura 17g/m², fardo com 64 rolos, cada rolo contendo 30 m x 10 cm.	R\$ 0,01
33	Pasta de dente com flúor (1.000 a 1.500 ppm), Fluoreto de Sódio, Citrato de Zinco e Óxido de Zinco, Glycerin/ Glicerina, Aqua/ Água, Hydrated Silica/ Sílica Hidratada, Sodium Lauryl Sulfate/ Laurilsulfato de Sódio, Arginine/ Arginina, Aroma/ Sabor, Cellulose Gum/ Goma de Celulosa, Zinc Oxide/ Óxido de Cinc, Poloxamer 407/ Poloxámero 407, Tetrasodium Pyrophosphate/ Pirofosfato Tetrasódio, Zinc Citrate/ Citrato de Cinc, Benzyl Alcohol/ Alcool Bencílico, Xanthan Gum/ Goma Xantán, Cocamidopropyl Betaine/ Cocamidopropil Betaina, Sodium Fluoride/ Fluoruro de Sódio, Sodium Saccharin/ Sacarina Sódica, Phosphoric Acid/ Ácido Fosfórico, Sucralose/ Sucralosa, CI 77891/ Dióxido de Titânio (CI 77891). Fluoruro de Sódio (1450 ppm de Flúor) (1450 µg/g de Flúor). Bisnaga com 70 gramas. Produto registrado na Anvisa, próprio para uso diário de higiene bucal.	R\$ 0,01
34	Prendedor de roupas, em madeira com mola, pacote contendo 12 unidades.	R\$ 0,01
35	Rodo de plástico, 50 cm, alta qualidade, com borracha dupla de EVA, cabo plastificado.	R\$ 0,01
36	Rodo em madeira, medindo, aproximadamente 30 cm, com cabo de madeira.	R\$ 0,01
37	Sabão de coco em barra de 200 g: glicerinado, à base de óleo de coco – mínimo de 55%, coadjuvantes, glicerina, agente antiredepositante e água. Testado dermatologicamente. Registro na ANVISA/MS. Demais parâmetros de produção de acordo com a legislação vigente para produtos de limpeza e específica para o produto. Embalagem com 05 unidades	R\$ 0,01
38	Sabão em barra, de glicerina, 200g, na cor azul. Embalado em saco plástico, EB 56/54 da ABNT, contendo 05 unidades. A embalagem deverá	R\$ 0,01



Estado do Rio de Janeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE VASSOURAS



	conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote e validade.	
39	Sabonete de glicerina com pH da pele, uso da cabeça aos pés, hipoalergênico, oftalmo e dermatologicamente testado, sem parabenos, sem corantes. Galão de 5 litros. Produto registrado na Anvisa.	R\$ 0,01
40	Saco plástico para lixo, 200 litros preto, com 100 unidades, reforçado, medindo 75 x 105 cm, fabricado em polietileno de baixa densidade, acondicionados em pacotes. Devendo possuir em sua embalagem todos os dados de acordo com a Lei do Consumidor.	R\$ 0,01
41	Sanitizante para hortifrutícolas, em pastilhas efervescentes, princípio ativo: Dicloro-S-Triazinetrione de Sódio, 40,81% p/p de cloro ativo. Pote com 100 pastilhas.	R\$ 0,01
42	Saponáceo em pó, sem fragrância, embalagem de 300g	R\$ 0,01
43	Toalha de papel, material papel, tipo folha 2 dobras, acondicionado em pacote de 1000 folhas	R\$ 0,01
44	Vassoura de piaçava, alta qualidade, chapa 03, com cabo de madeira.	R\$ 0,01
45	Vassoura multiuso, com cerdas de nylon, alta qualidade, com cabo plastificado. Para uso exclusivo nas áreas de preparo e consumo de alimentos. Base de 30 cm e cabo de 120 cm.	R\$ 0,01
46	Vassourinha aplicada para limpeza de pias e tanques, com cerdas de nylon, formato redondo, com cabo de plástico.	R\$ 0,01
47	Vassourinha de piaçava, aplicada em limpeza de vaso sanitário, formato redondo, virola de aço envolvendo a piaçava, com cabo de madeira.	R\$ 0,01

7.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.

7.11 No modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, sem prejuízo da aplicação da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.



- 7.12** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.13** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.14** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.15** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.16** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.17** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.18** Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei 14133/21.
- 7.18.1** Para produtos abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.
- 7.18.2** Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.
- 7.19** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 7.19.1** Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto n.º 8538, de 2015).
- 7.19.2** O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.
- 7.19.3** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.19.4** A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.19.5** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.19.6** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.19.7** A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 7.20** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).
- 7.21** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no



art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.21.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.21.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.21.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023;

7.21.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.

7.22 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens produzidos ou prestados por:

7.22.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.22.2 empresas brasileiras;

7.22.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.22.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.23 Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.24 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.24.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.24.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.24.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.24.4 O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.24.5 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.25 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8 DA FASE DE JULGAMENTO

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1 SICAF;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria- Geral da União.

8.2 A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.



- 8.3.1** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 8.3.2** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 8.3.3** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 8.4** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.
- 8.4.1** Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.
- 8.5** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 8.6** Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 8.6.1** contiver vícios insanáveis;
- 8.6.2** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 8.6.3** apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;
- 8.6.4** não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.6.5** não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência.
- 8.6.6** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 8.7** No caso de bens é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 8.8** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:
- 8.8.1** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 8.8.2** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 8.8.3** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 8.8.4** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 8.8.5** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 8.9** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante da área especializada no objeto.
- 8.10** Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.11** Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.12** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 8.13** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 8.14** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo



Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.15 Se as amostras apresentadas pelo primeiro classificado não forem aceitas, o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9 DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

9.6 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10 A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12 A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.13 A verificação no Sicafe ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao



licitante vencedor.

9.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14 Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

9.14.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15 Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem

9.18 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

10 DO TERMO DE CONTRATO

10.1 Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente

10.2 O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;



10.4.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5 Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6 O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7 Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1 A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8 O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1 Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado uma vez o quantitativo originalmente registrado.

12 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.



12.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.4 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13 DOS RECURSOS

13.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 3 (três) dias úteis.

13.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.vassouras.rj.gov.br/>

14 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

14.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

14.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;



- 14.1.2.4 deixar de apresentar amostra; ou
- 14.1.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 14.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 14.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 14.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 14.1.6 fraudar a licitação;
- 14.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 14.1.7.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 14.1.7.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 14.1.7.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 14.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 14.2 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 14.3 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 14.3.1 advertência;
 - 14.3.2 multa;
 - 14.3.3 impedimento de licitar e contratar e
 - 14.3.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 14.4 Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 14.4.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 14.4.2 as peculiaridades do caso concreto
 - 14.4.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 14.4.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 14.4.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 14.5 A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 14.6 A CONTRATADA que cometer qualquer conduta que infrinja as condições e prazos estabelecidos no instrumento, em contrato ou na legislação atinente ao fornecimento dos objetos, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021, às sanções previstas nos arts. 155 a 156 da referida Lei, aplicáveis somente após regular Processo Administrativo de Penalização de fornecedor, conduzido com observância do contraditório, da ampla defesa e da decisão motivada, em conformidade com o art. 156 da Lei nº 14.133/2021, com o Decreto Municipal nº 5.569/2024 e suas alterações.
- 14.6 **ADVERTÊNCIA ESCRITA** em razão de falhas que não caibam a aplicação de sanção mais grave em virtude de serem corrigidas no prazo estipulado pela fiscalização.
- 14.7 **MULTA** por descumprimento de prazos e condições ajustados, conforme classificação de gravidade da inconformidade diagnosticada pelo CONTRATANTE, seguindo, ainda, a tabela de classificação de inconformidades integrante deste item, nos seguintes termos:
 - 14.7-A. As infrações administrativas descritas nos subitens 14.1.1 a 14.1.9 serão classificadas, para fins de



aplicação das penalidades previstas nos subitens seguintes, conforme o grau de gravidade, da seguinte forma:

- a) Inconformidade leve:** condutas previstas nos subitens **14.1.1 a 14.1.2.3** caracterizadas por falhas formais ou sanáveis, de menor potencial lesivo;
- b) Inconformidade moderada:** condutas previstas nos subitens **14.1.2.4 e 14.1.2.5**, caracterizadas por descumprimentos parciais das obrigações contratuais ou do edital;
- c) Inconformidade grave:** condutas previstas nos subitens **14.1.3 a 14.1.4**, caracterizadas por ações que inviabilizam a contratação, geram prejuízo relevante ou atentam contra a boa-fé e a lisura do certame;
- d) Inconformidade gravíssima:** condutas previstas nos subitens **14.1.5 a 14.1.9**, caracterizadas por atos dolosos, fraudulentos ou lesivos à Administração Pública.

14.8 Parágrafo único. A classificação das infrações observará, ainda, as circunstâncias do caso concreto, a natureza e a gravidade do fato, bem como os critérios dispostos no item **14.3** deste instrumento.

14.9 Para inconformidade **LEVE**, será aplicada multa na razão de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, sobre o valor global do item/grupo, até 30 (trinta) dias de atraso, podendo, justificadamente, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil, cancelado o registro de preços do fornecedor ou do item/grupo, e/ou rescindido o contrato, nas seguintes situações:

Pelo retardamento da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

14.10 Para inconformidade **MODERADA**, será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, podendo, justificadamente, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil, cancelado o registro de preços do fornecedor ou do item/grupo, e/ou rescindido o contrato, nas seguintes situações:

14.10.1 Pela entrega do objeto em desacordo com o solicitado, quando não houver a pronta adequação no prazo fixado;

14.11 Para inconformidade **GRAVE**:

14.11.1 Será aplicada multa de 15% (quinze por cento) da parcela inadimplida, podendo, também, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil, cancelado o registro de preços do fornecedor ou do item/grupo, e/ou rescindido o contrato, pelo fornecimento parcial do objeto.

14.11.2 Para inconformidade **GRAVÍSSIMA**:

14.11.2.1 Será aplicada multa de 20% (vinte por cento) da parcela inadimplida, podendo, também, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil, cancelado o registro de preços do fornecedor ou do item/grupo, e/ou rescindido o contrato, pelo fornecimento total do objeto.

14.12 Será aplicada multa de 30% (trinta por cento) da parcela inadimplida, podendo, também, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil, cancelado o registro de preços do fornecedor ou do item/grupo, e/ou rescindido o contrato, pelo fornecimento parcial do objeto que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

14.13 Quando da reincidência em irregularidades será dobrada a multa correspondente à infração cometida conforme subitens anteriores, até o limite de 30% (trinta por cento).

14.14 IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com a Administração Municipal pelo prazo de até 3 (três) anos, bem como demais cominações legais, quando a licitante:

14.14.1 Der causa ao fornecimento total ou parcial do objeto;



14.14.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

14.14.3 IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com a Administração Municipal pelo prazo de até 3 (três) anos, bem como demais cominações legais, quando a licitante:

14.14.3.1 Prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

14.14.3.2 Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

14.13.3.4 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

14.13.3.5 Ocorrer em 1 (uma) infração enquadrada como gravíssima, ou 2 (duas) infrações enquadradas como grave, ou 3 (três) infrações enquadradas como moderada, aplicáveis após regular Processo Administrativo de Penalização de fornecedor em conformidade com o Decreto Municipal nº 5.569/2024 e alterações, ou 4 (quatro) infrações enquadradas como leve, ou, independentemente do grau, no caso da ocorrência de 5 (cinco) infrações.

14.15 DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a empresa executora ressarcir o CONTRATANTE pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior.

14.16 Será facultada à CONTRATADA, nos termos da lei, apresentação de defesa prévia na ocorrência de quaisquer das situações previstas neste Termo de Referência.

14.17 As multas e seu pagamento não eximirão a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

14.18 Caso a multa não seja quitada em até 15 (quinze) dias contados da emissão da DARM, estará sujeita à atualização monetária com base no mesmo índice previsto no subitem de reajuste (ou de pagamento).

14.19 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

15 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: licitacaovassouras@gmail.com.

15.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.



Estado do Rio de Janeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE VASSOURAS



- 16.3** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 16.4** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 16.5** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 16.6** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 16.7** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 16.8** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 16.9** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 16.10** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.vassouras.rj.gov.br/>
- 16.11** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 16.11.1** ANEXO I - Termo de Referência.
- 16.11.2** ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços
- 16.11.3** ANEXO III - Minuta de Termo de Contrato
- 16.11.4** ANEXO IV – Modelo de Proposta
- 16.11.5** ANEXO V – Preços Máximos/Critérios de Aceitabilidade

Vassouras, 14 de Maio de 2026

Rita de Cássia de Freitas Carneiro Chantal
Secretária Municipal de Educação



Estado do Rio de Janeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE VASSOURAS



Pregão Eletrônico nº 006/2026

Anexo I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Material de Limpeza e higiene para atender às necessidades da Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Vassouras/RJ, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Acendedor de fogão industrial, prático e seguro, produzindo apenas faíscas, com autonomia acima de 3 mil utilizações.	339439	Unidade	199		
2	Água Sanitária, multiuso, composição hidróxido de sódio e água, princípio ativo hipoclorito de sódio 2,0% a 2,5% de cloro ativo, galão contendo 05 litros	299605	Unidade	1.899		
3	Álcool Etilico, hidratado, 70°, apresentação em gel, galão com 5 litros	429225	Unidade	375		
4	Álcool Etilico, hidratado, 70°, embalagem com 1000 ml.	269941	Unidade	3.265		
5	Cera Incolor liquida auto brilhante, uso, indicado para: superficies sintecadas, granilite, paviflex, pisos vinílicos, ardósia, plurigoma, marmorite e similares. Composição: carnaúba, solvente, tensoativo não iônicos, alcalinizante, coadjuvante, 1,2 benzoisothiazolinona 3, emulsão de ceras naturais e sintéticas, dispersão acrílica metalizada, niveladores, plastificantes, fragrância, preservante e água. Fragrância de floral. Acondicionada em galões de 05 litros. Densidade (25°C) 0,99 a 1,01 g/mL; ph (25°C) 8,4 a 9,4; rendimento 60 a 80 m²/L; teor de não volteis 13,0 a 14,0%. Com validade mínima de 12 meses a contar da data de entrega.	411673	Unidade	258		
6	Copo Antivazamento Infantil 250 ml. Apresentação: Tampa e bico com furos. Capacidade igual a 250ml. Material de polipropileno. Com estampas infantis e cores diversas.	333434	Unidade	1.434		
7	Desinfetante concentrado Eucalipto, para lavagem geral de superficies, banheiros e utensílios. Por ser concentrado, proporciona otimização em sua utilização. Teor de Ativos: 25% Diluição Máxima: 1/200. Antisséptico, germicida e bactericida, aspecto fisico: líquido. O produto deve ter registro no Ministério da Saúde. Embalagem com 5 Litros, com dados do fabricante, data de fabricação e prazo de validade mínima de 05 meses da entrega.	408649	Unidade	1.514		



Estado do Rio de Janeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE VASSOURAS



8	Detergente em pó para roupas. Composição: tensoativo, coadjuvante, corantes, carga e perfume. Material com inscrição no Ministério da Saúde/ANVISA. Pacote contendo 1 Kg	356421	Pacote	1.386		
9	Detergente líquido neutro biodegradável, com viscosidade aproximada de 370 - 470 cPs a 25°C e densidade aproximada de 1,00 - 1,03 g/cm3 a 25°C, para lavagem de louças e utensílios de copa e cozinha, frasco plástico com 500 ml.	303276	Unidade	7.586		
10	Dispenser higienizador para sabonete líquido/álcool em gel com reservatório em ABS para abastecimento, com capacidade aproximada de 800 ml, com kit para fixação na parede (buchas e parafusos). Dimensões: 29 cm de altura x 12 cm de largura e 11 cm de profundidade, aproximadamente.	404651	Unidade	142		
11	Escova plástica para limpeza de materiais, com alça anatômica, medindo 100 mm de comprimento, cerda dura.	448502	Unidade	93		
12	Espunja de aço, embalagem contendo 08 unidades de lâ de aço e cada pacote com peso aproximado de 60 g.	225907	Pacote	1.085		
13	Espunja dupla face, um dos lados em fibra sintética abrasiva na cor verde, outro lado em espuma de poliuretano na cor amarela, medidas mínimas 7,5 x 11 x 02 cm.	385187	Unidade	2.904		
14	Espunja (fibra) de limpeza pesada, verde, multiuso, em fibra sintética, de limpeza geral de restaurantes, cozinhas industriais, frigoríficos e outras instalações, abrasiva para remoção de resíduos, 102 mm x 260 mm. Pacote com 10 unidades.	385311	Pacote	525		
15	Flanela de limpeza, 100% algodão. 57 x 39 cm, cor laranja.	319163	Unidade	462		
16	Fósforo acondicionado em caixa contendo palitos de madeira com comprimento aproximado de 4 cm, com cabeça inflamável à base de composição química segura e de fácil ignição por fricção. Produto acondicionado em maço contendo, no mínimo, 10 (dez) caixas, cada uma com quantidade padrão de palitos.	241343	Maço	233		
17	Fralda descartável, juvenil/adulto, tamanho J, peso suportado 20 a 33 kg, tipo de cintura ajuste cômodo e flexível para dar proteção antivazamentos, loção hipoalergênica, camada ultra absorvente, barreiras antivazamento. Certificado pelo INMETRO, pacote com 10 unidades.	616012	Pacote	94		
18	Fralda descartável, uso noturno e diurno, peso suportado de 6 a 10 kg, tipo de cintura ajuste cômodo e flexível para dar uma proteção antivazamentos, loção hipoalergênica, camada ultra absorvente, barreiras antivazamento, certificado pelo INMETRO, pacote com 20 unidades.	616023	Pacote	280		
19	Fralda descartável, uso noturno e diurno, peso suportado de 9 a 13 kg, tipo de cintura ajuste cômodo e flexível	616024	Pacote	357		



Estado do Rio de Janeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE VASSOURAS



	para dar uma proteção antivazamentos, loção hipoalergênica, camada ultra absorvente, barreiras antivazamento, certificado pelo INMETRO, pacote com 20 unidades.					
20	Fralda descartável, uso noturno e diurno, peso suportado de 11 a 15 kg, tipo de cintura ajuste cômodo e flexível para dar uma proteção antivazamentos, loção hipoalergênica, camada ultra absorvente, barreiras antivazamento, certificado pelo INMETRO, pacote com 20 unidades.	616005	Pacote	676		
21	Gel Dental Infantil sem fluor, composição: Sorbitol; Água; Silica Hidratada; Lauril Sulfato de Sódio; Glicerina; Xilitol; Carboximetil celulose; Benzoato de Sódio; Sacarina Sódica. Produto registrado na Anvisa, próprio para uso diário de higiene bucal. Bisnaga com 90 g.	469571	Unidade	1.176		
22	Lenço umedecido – composto de água propileno glicol, fenoxietanol C12 – C13 paret – 7, peg – 75 lanolina, polisorbato 20, benzoato de sódio, metil parabeno, ácido cítrico, fosfato de sódio dibásico, perfume, EDTA tetrassódico, propilparabeno copoliol dimeticona, embalagem contendo 400 unidades.	434965	Pacote	594		
23	Limpador desengordurante, sem fragrância, acondicionado em frasco de 500 ml com spray, ideal para higienização das áreas de preparação de alimentos, como: pias, fogões, aparelhos de microondas, geladeiras e coifas.	285785	Unidade	756		
24	Líquido multiuso instantâneo, 500 ml, para Remoção de gorduras, fuligem, poeira, marcas de dedos e saltos, riscos de lápis, etc., com a Seguinte composição mínima: - tensoativo Aniônico biodegradável; - tensoativo não Aniônico; - coadjuvantes; - solubilizante; - Veículo; - perfume; - ph: 7,0 (+/- 0,5); - teor de Sólidos: 15 a 16 %; - volume: mínimo 99% do Declarado na embalagem ou rótulo.	413461	Unidade	1.983		
25	Lixeira inox 5 litros, com tampa e acionamento por pedal, para setor administrativo. Dimensões aproximadas: 19 x 25 cm.	306966	Unidade	167		
26	Lixeira inox 12 litros, com tampa e acionamento por pedal, para banheiro. Dimensões aproximadas: altura 37,6 cm; largura 23,8 cm; profundidade 32 cm.	370526	Unidade	174		
27	Luva descartável, não estéril, tamanho único, material plástico, para manuseio de alimentos, pacote contendo 100 unidades.	375837	Pacote	248		
28	Luva em látex na cor amarela, com interior em algodão, medindo 31 cm de comprimento e 0,55 mm de espessura, com palma AD. Embalagem contendo um par de luvas.	327842	Pacote	614		
29	Luva de procedimento, em látex 100% natural, ambidestra, com pó, acondicionada em caixa contendo 100 unidades, tamanho M.	269893	Caixa	555		



Estado do Rio de Janeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE VASSOURAS



30	Pá para lixo, material plástico, com cabo medindo aproximadamente 60 cm de comprimento.	419358	Unidade	81		
31	Pano de limpeza multiuso, descartável, com fibras de poliéster e viscose, absorvente, antibacteriano, 100% biodegradável. Bobina 300 m x 28 cm. Pano picotado da bobina 28 cm x 50 cm.	449804	Bobina	273		
32	Papel higiênico, folha dupla, picotado, branco, macio, gramatura 17g/m², fardo com 64 rolos, cada rolo contendo 30 m x 10 cm.	238338	Fardo	741		
33	Pasta de dente com flúor (1.000 a 1.500 ppm), Fluoreto de Sódio, Citrato de Zinco e Óxido de Zinco, Glycerin/ Glicerina, Aqua/ Água, Hydrated Silica/ Sílica Hidratada, Sodium Lauryl Sulfate/ Laurilsulfato de Sódio, Arginine/ Arginina, Aroma/ Sabor, Cellulose Gum/ Goma de Celulosa, Zinc Oxide/ Óxido de Zinco, Poloxamer 407/ Poloxámero 407, Tetrasodium Pyrophosphate/ Pirofosfato Tetrasódio, Zinc Citrate/ Citrato de Zinco, Benzyl Alcohol/ Alcool Bencílico, Xanthan Gum/ Goma Xantân, Cocamidopropyl Betaine/ Cocamidopropil Betaina, Sodium Fluoride/ Fluoruro de Sódio, Sodium Saccharin/ Sacarina Sódica, Phosphoric Acid/ Ácido Fosfórico, Sucralose/ Sucralosa, CI 77891/ Dióxido de Titânio (CI 77891). Fluoruro de Sódio (1450 ppm de Flúor) (1450 µg/g de Flúor). Bisnaga com 70 gramas. Produto registrado na Anvisa, próprio para uso diário de higiene bucal.	620628	Unidade	473		
34	Prendedor de roupas, em madeira com mola, pacote contendo 12 unidades.	602437	Pacote	131		
35	Rodo de plástico, 50 cm, alta qualidade, com borracha dupla de EVA, cabo plastificado.	328294	Unidade	263		
36	Rodo em madeira, medindo, aproximadamente 30 cm, com cabo de madeira.	253207	Unidade	80		
37	Sabão de coco em barra de 200 g: glicerinado, à base de óleo de coco – mínimo de 55%, coadjuvantes, glicerina, agente antiredepositante e água. Testado dermatologicamente. Registro na ANVISA/MS. Demais parâmetros de produção de acordo com a legislação vigente para produtos de limpeza e específica para o produto. Embalagem com 05 unidades	226629	Pacote	539		
38	Sabão em barra, de glicerina, 200g, na cor azul. Embalado em saco plástico, EB 56/54 da ABNT, contendo 05 unidades. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote e validade.	238155	Pacote	255		
39	Sabonete de glicerina com pH da pele, uso da cabeça aos pés, hipoalergênico, oftálmico e dermatologicamente testado, sem parabenos, sem corantes. Galão de 5 litros. Produto registrado na Anvisa.	628582	Unidade	504		
40	Saco plástico para lixo, 200 litros preto, com 100 unidades, reforçado, medindo 75 x 105 cm, fabricado em polietileno de baixa densidade, acondicionados em pacotes. Devendo possuir em sua embalagem todos os dados de acordo com a Lei do Consumidor.	307322	Pacote	229		



41	Sanitizante para hortifrutícolas, em pastilhas efervescentes, princípio ativo: Dicloro-S-Triazinetrione de Sódio, 40,81% p/p de cloro ativo. Pote com 100 pastilhas.	446818	Unidade	210		
42	Saponáceo em pó, sem fragrância, embalagem de 300g	456396	Unidade	346		
43	Toalha de papel, material papel, tipo folha 2 dobras, acondicionado em pacote de 1000 folhas	389042	Pacote	2.519		
44	Vassoura de piaçava, alta qualidade, chapa 03, com cabo de madeira.	226140	Unidade	249		
45	Vassoura multiuso, com cerdas de nylon, alta qualidade, com cabo plastificado. Para uso exclusivo nas áreas de preparo e consumo de alimentos. Base de 30 cm e cabo de 120 cm.	254496	Unidade	265		
46	Vassourinha aplicada para limpeza de pias e tanques, com cerdas de nylon, formato redondo, com cabo de plástico.	239653	Unidade	265		
47	Vassourinha de piaçava, aplicada em limpeza de vaso sanitário, formato redondo, virola de aço envolvendo a piaçava, com cabo de madeira.	232390	Unidade	152		

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 5186, de 26 de maio de 2022.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021. Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços terão sua vigência estabelecida conforme as disposições nela contidas, observadas as regras previstas na Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto ao regime jurídico dos contratos administrativos, bem como o disposto no art. 17 e seus parágrafos do Decreto Municipal nº 5.569/2024.

1.4.1. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que sua aquisição ocorre todos os anos, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando os custos para a realização de novo certame e a dissipação de tempo para a formalização e tramitação de processos.

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A aquisição dos materiais figura-se pela necessidade de suprir as necessidades



constantes de higiene e limpeza nas dependências das Unidades Escolares e sede da Secretaria Municipal de Educação, com a finalidade de proporcionar condições adequadas para o desenvolvimento das atividades fins das dependências.

As Unidades Escolares recebem em suas instalações: alunos, professores, servidores, pais, fornecedores, colaboradores e visitantes, os quais circulam nas diversas dependências destas, sendo importante proporcionar uma estrutura adequada à manutenção da limpeza e higiene.

Os materiais de limpeza e higiene são necessários não apenas para a manutenção das instalações físicas das Unidades de Ensino e da sede de Secretaria Municipal de Educação, bem como proporcionam o desempenho regular das atividades institucionais, mantendo um ambiente limpo, higienizado e apropriado para o atendimento das funções escolares e administrativas.

Sendo assim, a Secretaria de Educação optou por deflagrar este procedimento de compra, para que não falem os itens elencados neste documento, nas Unidades Escolares da rede municipal de ensino.

2.1.1. A contratação será realizada por meio de **Pregão Eletrônico mediante utilização do Sistema de Registro de Preços**, o critério de julgamento será **por Menor Preço Por Item**, buscando vantagens da redução de custos, conforme previsto na Lei Federal nº.14.133/2021, e a compra será realizada de forma fracionada, conforme a necessidade, uma vez que a Secretaria Municipal de Educação não possui espaço o suficiente para armazenar a quantidade total anual.

2.1.2. Tendo em vista que se trata de aquisição mediante utilização do Sistema de Registro de Preço (em virtude de sua vantajosidade à Administração Pública), no presente caso:

- i) não é possível precisar com exatidão o quantitativo que será necessário ao atendimento do interesse público ao longo do prazo da contratação; e
- ii) a Administração Pública não se obrigará à utilização total dos quantitativos estimados.

2.1.3. Além das razões técnicas, a adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se economicamente mais vantajosa, pois reduz custos administrativos com a realização de múltiplos certames ao longo do exercício, otimiza a gestão de estoques, evita perdas por vencimento de materiais e possibilita aquisições conforme a real necessidade da Administração, promovendo maior eficiência na aplicação dos recursos públicos.

2.2. A presente contratação encontra-se devidamente fundamentada nos resultados constantes do Estudo Técnico Preliminar, o qual analisou as alternativas disponíveis no mercado e concluiu pela adoção da solução de aquisição de materiais de limpeza e higiene por meio de Pregão Eletrônico, com utilização do Sistema de Registro de Preços e critério de julgamento pelo menor preço por item.



2.3. A modelagem adotada decorre das conclusões técnicas obtidas no ETP, especialmente quanto à caracterização dos bens como comuns, à necessidade de contratações frequentes e parceladas, à impossibilidade de definição exata dos quantitativos demandados ao longo do período e à vantajosidade administrativa e econômica do Sistema de Registro de Preços, considerando a otimização logística, a gestão de estoques e a eficiência na aplicação dos recursos públicos.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A aquisição dos materiais de limpeza deverá observar as condições e quantitativos, além de atender a todos os requisitos de ordem técnica e logística detalhados neste estudo. Não existindo a necessidade de manutenção dos materiais ou assistência técnica. Todos os itens serão adquiridos por Registro de Preços, na modalidade pregão eletrônico e julgamento pelo menor preço por item. Os itens serão entregues nos endereços elencados no subitem 8.2 deste documento.

3.1.1 A aquisição dos materiais de limpeza deverá observar as condições e quantitativos, além de atender a todos os requisitos de ordem técnica e logística.

3.1.2 A solução proposta contempla, de forma integrada, todos os elementos necessários à plena execução da contratação, incluindo o fornecimento dos materiais especificados, transporte, entrega parcelada nos locais indicados pela Administração, descarregamento, bem como a garantia da qualidade dos produtos, observadas as normas técnicas e sanitárias aplicáveis.

3.1.3 Adicionalmente, a modelagem adotada encontra-se fundamentada em critérios técnicos e econômicos definidos no Estudo Técnico Preliminar, considerando a natureza dos bens, a necessidade de aquisições frequentes, a limitação de espaço para armazenamento e a impossibilidade de definição exata dos quantitativos ao longo do período, o que justifica a utilização do Sistema de Registro de Preços.

3.1.4 A presente solução visa assegurar o atendimento contínuo das demandas da Secretaria, com eficiência logística, economicidade e adequada gestão de estoques, evitando desabastecimento ou perdas por vencimento, garantindo, assim, o alcance dos resultados pretendidos pela Administração.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.1. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas no Estudo Técnico Preliminar

Da exigência de amostra

4.2. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.



4.3. Serão exigidas amostras dos seguintes itens:

- a) 02 – Água Sanitária
- b) 09 – Detergente Líquido
- c) 17 – Fralda Descartável, peso suportado 20 a 33 kg
- d) 18 – Fralda Descartável, peso suportado 6 a 10 kg
- e) 19 – Fralda Descartável, peso suportado 9 a 13 kg
- f) 20 – Fralda Descartável, peso suportado 11 a 15 kg
- g) 23 – Limpador Desengordurante
- h) 39 – Sabonete Líquido para banho
- i) 41 – Sanitizante para Hortifrutícolas

4.4. As amostras poderão ser entregues no endereço: Avenida Otávio Gomes, 395, Centro Vassouras\RJ, CEP 27.700-000, A/C do Almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação, no prazo limite de 10 (dez) dias corridos, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.5. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.6. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.7. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

- a) Item 02: teor de cloro ativo;
- b) Item 09: eficácia de limpeza, estabilidade da espuma e viscosidade;
- c) Itens 17, 18, 19 e 20: capacidade de absorção, proteção contra vazamentos e ajuste ao corpo;
- d) Item 23: eficácia na remoção de gordura;
- e) Item 39: segurança para a pele e os olhos; e
- f) Item 41: registro de aprovação da ANVISA e concentração adequada do princípio ativo.

4.8. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.9. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.



4.10. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.11. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.12. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

Da exigência de carta de solidariedade

4.13. Considerando a natureza simples do objeto, não será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

Subcontratação

4.14. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.15. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 20 (vinte) dias consecutivos, contados do recebimento da nota de empenho. A cada solicitação de fornecimento, a nota de empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil será enviada à CONTRATADA via correio eletrônico (*e-mail*), contendo a indicação do item, quantidade, valor, local e prazo de entrega..

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.



Estado do Rio de Janeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE VASSOURAS



5.3. Os bens deverão ser entregues nos seguintes endereços, sendo o horário para recebimento das 08:00 às 16:00 horas.

Escola M. Abel José Machado. Rua Abel Machado, 77, Massambará.

Escola M. José Bento Martins Barbosa. Rua Américo Pedroso, nº 08, Demétrio Ribeiro.

Escola M. José Carlos Vaz de Miranda. Rua Expedicionário Cândido da Luz Paiva, 53, Barão de Vassouras.

Escola M. José Carlos Vaz de Miranda. Rua Maria Cristina, nº 1.106, Itakamosi.

Escola M. Giovani Napoli. BR 393, Km. 237, nº 57.530, Grecco.

Escola M. Joaquim Pinto e Souza. Estrada Barra do Pirai/Mendes, nº 6464 Ipiranga.

Escola M. Magally Sayão. Av. Marechal Paulo Torres, nº 667, Centro.

Escola M. Natalino de Mello. Rua Antônio Francisco Barbosa, nº 88, Itakamosi.

Escola M. Prefeito Pedro Ivo da Costa. Rua Andrade Pinheiro, 239, Andrade Pinto.

Escola M. Prefeito Severino Ananias Dias. Rua José Batista Neto, nº 301, Bairro São José, Residência.

Escola M. Sagrada Família de Nazareth. Rua São José s/nº - Andrade Costa.

Escola M. São Sebastião dos Ferreiros. Praça da Matriz, nº 13, Ferreiros.

Creche M. Prefeito Severino Ananias Dias. Rua Bezerra de Menezes, nº 64, Bairro Residência.

Creche M. Anísio Rosa Souza. Avenida Expedicionário Oswaldo de Oliveira Ramos, 2585, Tambasco.

Creche M. Leon Gilson. Av. Prefeito Carlos Eugênio Mexias, nº 340, Barão de Vassouras.

Creche M. Mariana Crioula. Rua Abel Machado, s/nº, Massambará.

Creche M. São Vicente de Paula. Rua Jubal Samico, nº 350, Grecco.

Creche M. Sérgio Augusto Rebello da Silva. Rua B, nº 32, Conjunto Habitacional Carlos Alberto do Amaral de Castro Moraes (Toca dos Leões)

Creche M. Noêmia Trouche Jordão. Rua Tibúrcio Barbosa, 818, Grecco (Represa).

Creche M. Santa Rita. Rua Marechal Paulo Torres, 647, Centro.

Galpão da Secretaria Municipal de Educação. Rua José do Patrocínio, 216, Carvalheira.

As solicitações de fornecimento do objeto estão previstas para ocorrer a cada 90 (noventa) dias, podendo haver pedidos suplementares neste intervalo de tempo.

Garantia, manutenção e assistência técnica

O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidores formalmente designados pela Administração, na condição de fiscal titular e substituto, por meio de ato administrativo específico, previamente à assinatura do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

Os fiscais designados deverão possuir atribuições compatíveis com o objeto contratado, sendo observados critérios de capacidade técnica e disponibilidade, em conformidade com o art. 7º da Lei nº 14.133/2021.

Sem prejuízo da fiscalização centralizada, os Diretores das Unidades Escolares atuarão



como fiscais setoriais, responsáveis pelo acompanhamento local das entregas, especialmente quanto à conferência dos materiais recebidos, devendo comunicar eventuais irregularidades ao fiscal do contrato para adoção das providências cabíveis.

5.4. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.5. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

5.6. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.7. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.8. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

5.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

5.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

5.10.3. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

5.10.4. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.



5.10.5. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

5.10.6. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

5.10.7. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

5.11. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

5.11.3. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

5.12. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

5.12.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

5.12.4. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

5.12.5. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual,



baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

5.12.6. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

5.13. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

5.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

6.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

6.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

6.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#),



comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

6.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

6.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, ocorrerá a liquidação.

6.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a)** o prazo de validade;
- b)** a data da emissão;
- c)** os dados do contrato e do órgão contratante;
- d)** o período respectivo de execução do contrato;
- e)** o valor a pagar; e
- f)** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

6.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.](#)

6.12. A Administração deverá verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital, identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.



6.13. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

6.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados do adimplemento da obrigação, e ateste da(s) Nota(s) Fiscal(is).

6.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

6.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.21.3. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



6.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

Exigências de habilitação

7.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

7.3. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

7.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).



7.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

7.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

7.11. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

7.12. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

7.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

7.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



7.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte *Municipal/Distrital* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.19. Prova de regularidade com a Fazenda *Estadual/Distrital* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estadual/Distrital* ou *Municipal/Distrital* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

7.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

Qualificação Técnica

Não haverá a exigência de documentação de qualificação técnica nesta contratação, tendo em vista ser uma aquisição simples, não sendo necessária a exigência de qualificação técnica aos contratados.

8. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. O custo estimado total da contratação será definido pelo Setor de Compras em momento oportuno, por ocasião da elaboração de mapa de preços.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Vassouras.

9.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE VASSOURAS



FUNDAMENTAL	
Programa de Trabalho	11.10.12.361.0013.2.889 – Manutenção do Ensino Fundamental
Natureza da Despesa	3.3.90.30 – Material de Consumo
Fonte de Recursos	Impostos e Transferência de Impostos, Royalties, Salário Educação e Royalties vinculados à Educação
INFANTIL – PRÉ-ESCOLA	
Programa de Trabalho	11.10.12.365.0013.2.895 – Manutenção do Ensino Infantil – Pré-Escola
Natureza da Despesa	3.3.90.30 – Material de Consumo
Fonte de Recursos	Impostos e Transferência de Impostos, Royalties, Salário Educação e Royalties vinculados à Educação
INFANTIL – CRECHE	
Programa de Trabalho	11.10.12.365.0013.2.893 – Manutenção do Ensino Infantil – Creche
Natureza da Despesa	3.3.90.30 – Material de Consumo
Fonte de Recursos	Impostos e Transferência de Impostos, Royalties, Salário Educação e Royalties vinculados à Educação
EJA – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
Programa de Trabalho	11.10.12.366.0013.2.804 – Manutenção da Educação de Jovens e Adultos – EJA
Natureza da Despesa	3.3.90.30 – Material de Consumo
Fonte de Recursos	Impostos e Transferência de Impostos, Royalties, Salário Educação e Royalties vinculados à Educação

10. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

11.1 Avaliação da necessidade de inserir como obrigação do contratado a execução de logística reversa.

11.2 Os critérios de sustentabilidade encontram-se pormenorizados no subitem 4.7, do Estudo Técnico Preliminar.

11. DA PUBLICIDADE

11.1. O contrato oriundo deste instrumento será publicado no PNCP, bem como no site oficial da Prefeitura.

11.2. A CONTRATADA deverá declarar para os devidos fins que está ciente que a íntegra do contrato, bem como de eventual Termo Aditivo, será publicada no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Vassouras e que tal publicação não fere nenhum dispositivo da Lei Federal nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGDP).

12. DA LEI ANTICORRUPÇÃO

12.1. As partes deverão observar todas as disposições das regras anticorrupção em vigor no Brasil, em especial, as previsões da Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), do Decreto Federal nº 8.420/2015.



13.1.1 As partes deverão se comprometer também a se absterem de praticar quaisquer atividades que constituam violação às disposições das normas anticorrupção e das demais disposições referentes à matéria.

13.1.2. As partes, por si e por seus administradores, diretores, funcionários e agentes, bem como por seus sócios, deverão conduzir suas práticas, durante a execução do contrato, de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis.

13.1.3. Para a execução do contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto do contrato, ou de forma não relacionada ao mesmo ou direcionar negócios que violem as regras anticorrupção, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

13.1.4. Na assinatura do contrato, as partes deverão declarar que: (a) não violaram, violam ou violarão as regras anticorrupção; (b) têm a ciência de que qualquer atividade que viole as regras anticorrupção é proibida; e (c) declaram conhecer as consequências possíveis de tal violação.

13.1.5. Qualquer descumprimento das regras de integridade mencionadas acima ensejará a resolução imediata do contrato, apenas por meio de notificação extrajudicial, sem prejuízo de eventual pagamento de indenização por perdas e danos.

14. CONDIÇÕES DE GUARDA E ARMAZENAMENTO

14.1. Os itens serão armazenados nos almoxarifados das Unidades Escolares, bem como no Galpão da Secretaria Municipal de Educação. Todos possuem condições adequadas e seguras para acomodação e conservação de bens. Trata-se de salas ventiladas, devidamente trancadas e com condições que não contribuem para a deterioração dos bens.

15. JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

15.1. Por se tratar de contratação de bens de natureza divisível, o parcelamento da solução é a regra devendo a licitação ser realizada por item, com os benefícios concedidos para as micro e pequenas empresas previstos nos incisos I e III do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, visando aumentar a participação de concorrentes.

16. DA PADRONIZAÇÃO

16.1. Em atendimento ao disposto no art. 19, inciso II e §§ 1º e 2º da Lei nº 14.133/2021,



informa-se que foi realizada consulta ao Catálogo Eletrônico de Padronização disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), com o objetivo de verificar a existência de itens padronizados compatíveis com o objeto da presente contratação.

16.2. Todavia, constatou-se que, até o momento da elaboração deste Termo de Referência, **não há itens padronizados disponíveis no referido catálogo que atendam de forma específica às características dos materiais de limpeza e higiene ora demandados**, razão pela qual não foi possível a adoção de padronização com base naquele instrumento.

16.3. Ressalta-se que o Catálogo Eletrônico de Padronização do PNCP ainda se encontra em processo de ampliação e consolidação, não contemplando, de forma exaustiva, todos os bens de consumo comumente adquiridos pela Administração Pública, especialmente aqueles de natureza comum e de ampla variação de especificações no mercado.

16.4. Diante disso, a Administração promoveu a definição do objeto com base em especificações técnicas usuais de mercado, utilizando, inclusive, a classificação por meio de códigos CATMAT do sistema ComprasGov, de modo a assegurar a adequada identificação dos itens, a padronização mínima necessária e a comparabilidade entre as propostas.

16.5. As especificações foram elaboradas de forma clara, objetiva e suficiente para caracterizar o objeto, sem direcionamento a marcas ou modelos específicos, em observância ao disposto no art. 18, inciso II, e art. 9º, inciso I, alíneas “a” e “c”, da Lei nº 14.133/2021, garantindo a ampla competitividade do certame.

16.6. Dessa forma, resta devidamente justificada a não utilização de itens padronizados do Catálogo Eletrônico de Padronização do PNCP, sem prejuízo da adequada definição do objeto e da regular condução do procedimento licitatório.



Itens padronizados

A utilização do Catálogo Eletrônico de Padronização é de observância obrigatória pelos órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e da Administração Pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, quando executarem recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, nos termos do art. 2º da Portaria Seges/ME nº 938, de 2 fevereiro de 2022, sendo facultativa para todos os entes não enquadrados no espectro sobredito, sendo que a não utilização do Catálogo é uma excepcionalidade, que deverá ser justificada por escrito e anexada ao processo de contratação.

Confira abaixo os itens que compõem o Catálogo Eletrônico de Padronização



17.1. Em atendimento ao disposto no **art. 18, inciso VIII**, da Lei nº **14.133/2021**, o presente Termo de Referência define que a contratação será realizada sob o **regime de execução indireta**, na modalidade **empreitada por preço unitário**, conforme arts. **6º, inciso XLIV**, e **46, §1º, inciso II**, da mesma Lei. Tal regime se justifica pela possibilidade de variação dos quantitativos de materiais de limpeza e higiene a serem adquiridos, de acordo com a necessidade da Administração.

17.2. O certame adotará o **critério de julgamento de menor preço por item**, permitindo que a Administração selecione a proposta mais vantajosa para cada item, garantindo economicidade e eficiência.

17.3. O pagamento será efetuado com base nos **itens efetivamente entregues**, após conferência realizada pelos fiscais locais que receberão os itens nas Unidades Escolares, conforme art. 145 da Lei nº 14.133/2021. Serão aceitos apenas produtos que atendam às especificações técnicas estabelecidas, podendo haver rejeição de itens que não cumpram os padrões de qualidade exigidos, nos termos do art. 140.

17.4. A contratada será responsável por todas as despesas necessárias ao cumprimento da obrigação, incluindo transporte, carga e descarga, em conformidade com o art. 121, inciso I,



Estado do Rio de Janeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE VASSOURAS



da Lei nº 14.133/2021. As entregas deverão ocorrer no local e prazo definidos pela Secretaria de Educação, sem custos adicionais.

18. TRATAMENTO FAVORECIDO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

18.1. Nos termos dos arts. 47 e 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, será assegurado tratamento diferenciado e simplificado às microempresas e empresas de pequeno porte, objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social, bem como a ampliação da eficiência das políticas públicas.

18.2. Dessa forma, os itens cujo valor estimado seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) serão destinados à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, desde que haja, no mercado, o mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados nessas condições e que atendam às exigências constantes deste edital.

18.3. Na hipótese de não comparecimento de, no mínimo, 3 (três) fornecedores enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ou caso as propostas apresentadas não sejam vantajosas para a Administração, a exclusividade poderá ser afastada, com a consequente abertura do item à ampla concorrência, nos termos do art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006.

18.4. A aplicação do tratamento diferenciado foi realizada de forma individualizada por item, considerando o valor estimado e a viabilidade de fornecimento por empresas de menor porte, sem prejuízo à competitividade, à economicidade e à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

18.5. Os tratamentos diferenciados e favorecidos previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte aplicam-se, no que couber, às sociedades cooperativas que atendam aos requisitos estabelecidos no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, especialmente quanto ao limite de receita bruta equivalente ao das empresas de pequeno porte.

Vassouras, 26 de março de 2026.

GILDER PEREIRA ARANTES

Agente Administrativo
Mat. 100.847-1

RITA DE CÁSSIA DE FREITAS CARNEIRO CHANTAL

Secretária Municipal de Educação
Mat. 301.995-0



ANEXO I do Termo de Referência

ANALISE DE RISCO				
1	Risco	Inconsistências na elaboração do Termo de Referência		
	Causas/Consequências	Atraso no recebimento do material; Reclamação dos usuários		
	Probabilidade	Baixa	Impacto	Alto
	Ações de Mitigação ou Contingência			
	> Elaboração criteriosa do Termo de Referência com especificação detalhada do material a ser adquirido;			
	> Acompanhamento objetivo das tramitações processuais, corroborando com as ações necessárias diligenciadas pelos Setores de análise.			
	Responsáveis			
	> Setor demandante (Sec. Municipal de Educação)			
	Período de Execução das Ações			
	> Durante a fase de elaboração do termo de referência;			
	> Durante a fase interna do certame.			
2	Risco	Fracasso de item no certame		
	Causas/Consequências	Realização de novo procedimento de compra		
	Probabilidade	Baixa	Impacto	Alto
	Ações de Mitigação ou Contingência			
	> Abertura de novo processo de aquisição no menor tempo possível;			
	> Revisão da pesquisa de preços.			
	Responsáveis			
	> Setor de Almoxarifado, Setor de Compras e CPL.			
3	Risco	Não entrega do material pela empresa contratada no tempo determinado.		
	Causas/Consequências	Pode acarretar a não divulgação do material		
	Probabilidade	Média	Impacto	Alto
	Ações de Mitigação ou Contingência			
	> Planejamento prévio que contempla que o processo tramite em tempo hábil até que finalize a contratação e prestação do serviço			
	> Acompanhamento da situação da cobertura de estoque dos materiais;			
	> Acompanhamento junto á empresa quanto a atraso na entrega do material e a instrução célere de penalidade à empresa inadimplente;			
	> A ação de contingência é a abertura de processo de compra para que se adquira o material antes que haja a ruptura do estoque.			



	Responsáveis			
	> Setor demandante da Secretaria Municipal de Educação			
	Período de Execução das Ações			
	> Durante a execução do contrato.			
4	Risco		Entrega de material incompatível com o especificado.	
	Causas/Consequências		Pode acarretar a não divulgação ou atraso do material	
	Probabilidade	Média	Impacto	Alto
	Ações de Mitigação ou Contingência			
	> Atuação da fiscalização para que a empresa troque o material no menor tempo possível;			
	> Planejamento prévio que contempla que o processo tramite em tempo hábil até que finalize a contratação e prestação do serviço			
	> Instrução célere de penalidades à empresa inadimplente.			
	Responsáveis			
	> Setor demandante Secretaria Municipal de Educação			
	Período de Execução das Ações			
	> Durante a execução do contrato.			
5	Risco		Consumo acima do esperado	
	Causas/Consequências		Pode acarretar desabastecimento	
	Probabilidade	Média	Impacto	Alto
	Ações de Mitigação ou Contingência			
	> Acompanhamento trimestral da situação da cobertura de estoque dos materiais;			
	> A ação de contingência é a abertura de novo processo de compra para que se adquira o material antes que haja a ruptura do estoque.			
	Responsáveis			
	> Setor de Almoxarifado.			
	Período de Execução das Ações			
	> Durante a execução do contrato.			
6	Risco		Cancelamento da Licitação	
	Causas/Consequências		Pode acarretar a não divulgação e entrega do material	
	Probabilidade	Média	Impacto	Alto
	Ações de Mitigação ou Contingência			
	> Atuação da fiscalização para que a empresa troque o material no menor tempo possível;			
	> Planejamento prévio que contempla que o processo tramite em tempo hábil até que finalize a contratação e prestação do serviço			
	> Instrução célere de penalidades à empresa inadimplente.			
	Responsáveis			



	> Setor demandante Secretaria Municipal de Educação			
	Período de Execução das Ações			
	> Durante a execução do contrato.			
7	Risco	Consumo abaixo do esperado		
	Causas/Consequências	Obsolescência e vencimento dos materiais		
	Probabilidade	Baixa	Impacto	Médio
	Ações de Mitigação ou Contingência			
	> Acompanhamento do consumo médio mensal do material;			
	> Análise de necessidade de aquisição de material a partir de dados do sistema informatizado que considera o consumo médio mensal e a quantidade disponível em estoque;			
	> Comunicação ao setor demandante quando o consumo está bem abaixo do esperado com o intuito de saber a necessidade de permanência em estoque ou disponibilização para entrega do objeto;			
	> Consulta ao setor demandante quando da aquisição de materiais de uso específico de determinada unidade usuária com o intuito de saber a necessidade e quantidade de material a ser adquirido.			
	Responsáveis			
	> Setor de Almoxarifado			
	Período de Execução das Ações			
	> Rotineiramente pela gestão de estoque;			
	> Durante a execução do contrato.			
8	Risco	Sobredimensionamento das aquisições de estoque		
	Causas/Consequências	Obsolescência e vencimento dos materiais		
	Probabilidade	Baixa	Impacto	Médio
	Ações de Mitigação ou Contingência			
	> Análise de necessidade de aquisição de material a partir de dados do sistema informatizado que considera o consumo médio mensal e a quantidade disponível em estoque;			
	> Consulta ao setor demandante quando da aquisição de materiais de uso específico de determinada unidade usuária com o intuito de saber a necessidade e quantidade de material a ser adquirido.			
	Responsáveis			
	> Setor de Almoxarifado			
	Período de Execução das Ações			
	> Rotineiramente pela gestão de estoque;			
	> Durante a execução do contrato.			
9	Risco	Substituição do material por outro modelo		
	Causas/Consequências	Obsolescência e vencimento dos materiais		
	Probabilidade	Média	Impacto	Médio
	Ações de Mitigação ou Contingência			



Estado do Rio de Janeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE VASSOURAS



> Exigência de garantia legal a partir da entrega do material na prefeitura Municipal de Vassouras;
> Análise de necessidade de aquisição de material a partir de dados do sistema informatizado que considera o consumo médio mensal e a quantidade disponível em estoque;
> Consulta ao setor demandante quando da aquisição de materiais de uso específico de determinada unidade usuária com o intuito de saber a necessidade e quantidade de material a ser adquirido.
Responsáveis
> Setor de Almoxarifado
Período de Execução das Ações
> Na elaboração do Termo de Referência;
> Rotineiramente pela gestão de estoque;
> Durante a execução do contrato.



Estado do Rio de Janeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE VASSOURAS



Pregão Eletrônico nº 006/2026

Anexo II

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 além do Decreto 5.569/2024

Processo Administrativo nº 020406/000205/2025

Ata de Registro de Preços nº XX/XXXX

A Prefeitura Municipal de Vassouras, com sede na Avenida Otávio Gomes, na cidade de Vassouras/RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 32.412.819/0001-07 neste ato representado pela pregoeira _____, nomeada pela Portaria nº XX, de [dia] de [mês] de [ano], publicada no DOU de [dia] de [mês] de [ano], portador da Matrícula Funcional nº [nº matrícula], considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../2026, processo administrativo n.º 020406/000205/2025, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal n.º 5.569/2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual Aquisição de Material de Limpeza e higiene para atender às necessidades da Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Vassouras/RJ, anexo II do edital de licitação n.º xxxx/xxxx, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas nas propostas são as que seguem:

FORNECEDOR (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)									
Item	Objeto	Marca	UN	Quantidade	Preço De Mercado R\$	Preço Registrado R\$	Diferença (%)	Valor Total R\$	Fornecedor

PREGÃO ELETRONICO



2.2. Os dados referentes aos preços, fornecedores, marcas e valores totais serão inseridos após a homologação do certame, passando a integrar esta Ata.

2.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2.4. A Administração poderá recusar o registro ou promover o cancelamento quando verificada incompatibilidade entre o preço registrado e o preço de mercado, especialmente quando a diferença percentual ultrapassar o limite técnico estabelecido na fase preparatória, devidamente justificado nos autos.

2.5. Para fins de atendimento ao disposto no Decreto Municipal nº 5.569/2024, a presente Ata contém a indicação do preço unitário de mercado apurado na fase preparatória da contratação, bem como a diferença percentual entre este e o preço registrado, quando existente.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Educação.

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A presente Ata foi elaborada com base em modelo da Advocacia-Geral da União (AGU), tendo em vista a inexistência de modelo padronizado no âmbito municipal, sendo adaptada às peculiaridades locais.

4.2. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.3.1 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja



integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.9. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124



da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica



facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não



convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.



8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.5. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.6. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para o fornecimento descentralizado será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:



9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

10.1.1. O fornecedor registrado obriga-se a:

10.1.2. I – cumprir todas as condições constantes do edital, do Termo de Referência e desta Ata;

10.1.3. II – manter, durante toda a vigência da Ata, as condições de habilitação;

10.1.4. III – atender às requisições do órgão gerenciador nos prazos estabelecidos;

10.1.5. IV – responsabilizar-se por danos causados à Administração ou a terceiros;

10.1.6. V – garantir a qualidade dos produtos fornecidos;

10.1.7. VI – substituir, às suas expensas, os itens em desacordo com o contratado.

11. DAS PENALIDADES

11.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

11.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

11.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

11.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

12. CONDIÇÕES GERAIS

12.1 Os produtos deverão ser entregues nos endereços indicados pelo órgão gerenciador, conforme estabelecido no Termo de Referência.

12.2 As condições gerais de fornecimento do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

12.3 No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de



Estado do Rio de Janeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE VASSOURAS



itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 3 (Três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data

Representante legal do órgão gerenciador e
representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)



Estado do Rio de Janeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE VASSOURAS



Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (Se exigida no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade mínima	Valor Unitário	Prazo Garantia ou validade



Estado do Rio de Janeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE VASSOURAS



Pregão Eletrônico nº 006/2026
Anexo III

Minuta de Contrato

MUNICÍPIO DE VASSOURAS
(Processo Administrativo nº 020406/000205/2025)

CONTRATO ADMINISTRATIVO

Nº xx/xxxx, QUE FAZEM ENTRE SI O
MUNICÍPIO DE VASSOURAS, POR
INTERMÉDIO DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE VASSOURAS ATRAVÉS DA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

O Município de Vassouras, inscrita no CNPJ sob o nº 32.412.819/0001-52, com sede na Avenida Otávio Gomes, nº 395, Centro, Vassouras, RJ, CEP 27.700-000, doravante denominado CONTRATANTE, representado neste ato pelo Ordenador de Despesa, Secretária Municipal de Educação, identidade nº xxxxx, CPF nº xxxxxx, residente e domiciliada à xxxxx, nº xx, xxxxxxxxxxxxxxxx, RJ, CEP 27700-000 e a empresa _____,

situada na Rua _____,

Bairro _____

Cidade _____ UF _____ CEP _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____

aqui por diante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Sr. _____

_____, cédula de identidade nº _____

CPF nº _____ domiciliado na _____

_____,

Bairro _____, Cidade _____, UF _____, CEP _____

resolvem celebrar o presente C o n t r a t o de aquisição de material de limpeza e higiene para atender às necessidades da Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Vassouras/RJ, em decorrência do Pregão Eletrônico nº xxx/2026, com fundamento no Processo Administrativo nº 020406/000205/2025, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº 14133, de 01 de Abril de 2021 e alterações, pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

1 CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento é a Aquisição de Material de Limpeza e higiene para atender às necessidades da Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Vassouras/RJ.

1.2 Os quantitativos constantes desta tabela são estimativos, não gerando obrigação de contratação integral por parte da Administração.

1.3 A Administração não se obriga a adquirir os quantitativos registrados, podendo utilizá-los total ou parcialmente.

PREGÃO ELETRONICO



Estado do Rio de Janeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE VASSOURAS



1.4 O presente contrato decorre de Ata de Registro de Preços, sendo as aquisições realizadas sob demanda, não havendo obrigação de contratação integral dos quantitativos estimados.

1.5 Objeto da contratação:

ANEXO I - GRUPOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

1.6 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.6.1 O Termo de Referência;

1.6.2 O Edital da Licitação;

1.6.3 A Proposta do CONTRATADO;

1.6.4 Os anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (Doze) meses contados do recebimento da nota de empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2 O prazo de vigência poderá ser prorrogado por igual período.

2.3 O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5 O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de fornecimento, assim como os prazos e condições de entrega, e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.



CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1 O valor estimado da contratação é de R\$ 574.404,11 (quinhentos e setenta e quatro mil quatrocentos e quatro reais e onze centavos).

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1 O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1 Os preços registrados e/ou contratados serão reajustados após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado a partir da data-base da proposta vencedora, em observância ao disposto no art. 134 da Lei nº 14.133/2021.

7.2 O reajuste terá por finalidade a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, sendo aplicado mediante solicitação formal da contratada, devidamente instruída, e condicionado à demonstração da variação efetiva dos custos.

7.3 Para fins de reajuste, será adotado o índice IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo IBGE, ou outro índice que venha a substituí-lo oficialmente, observada sempre a legislação vigente.

7.4 Na hipótese de prorrogação da vigência contratual ou da Ata de Registro de Preços, o reajuste observará a mesma periodicidade mínima de 12 (doze) meses, não sendo admitida revisão automática.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3 Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5 Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.6 Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7 Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Município para adoção das



medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.9. A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;

8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico- financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) Dias;

8.1.11 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1 O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.5.1 prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2 certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3 certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4 Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7 Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8 Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;



- 9.9** Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.
- 9.10** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15** Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16** Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.17** Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.18** Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.19** Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.20** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.21** Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.22** Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.23** Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 9.24** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.25** Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.26** Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 10.1** Não haverá exigência de garantia contratual da execução.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no item 14 deste Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

12.3.1.1 ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

12.3.1.2 poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.4 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.5 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.6 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.7 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.8 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.8.1 Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.8.2 Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.8.3 Das indenizações e multas.

12.9 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

12.10 O CONTRATANTE poderá ainda:

12.10.1 nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

12.10.2 nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

12.11 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.



13.2 O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.4 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

13.5 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Secretaria Municipal da Educação deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

FUNDAMENTAL	
Programa de Trabalho	11.10.12.361.0013.2.889 – Manutenção do Ensino Fundamental
Natureza da Despesa	3.3.90.30 – Material de Consumo
Fonte de Recursos	Impostos e Transferência de Impostos, Royalties, Salário Educação e Royalties vinculados à Educação
INFANTIL – PRÉ-ESCOLA	
Programa de Trabalho	11.10.12.365.0013.2.895 – Manutenção do Ensino Infantil – Pré-Escola
Natureza da Despesa	3.3.90.30 – Material de Consumo
Fonte de Recursos	Impostos e Transferência de Impostos, Royalties, Salário Educação e Royalties vinculados à Educação
INFANTIL – CRECHE	
Programa de Trabalho	11.10.12.365.0013.2.893 – Manutenção do Ensino Infantil – Creche
Natureza da Despesa	3.3.90.30 – Material de Consumo
Fonte de Recursos	Impostos e Transferência de Impostos, Royalties, Salário Educação e Royalties vinculados à Educação
EJA – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
Programa de Trabalho	11.10.12.366.0013.2.804 – Manutenção da Educação de Jovens e Adultos – EJA
Natureza da Despesa	3.3.90.30 – Material de Consumo
Fonte de Recursos	Impostos e Transferência de Impostos, Royalties, Salário Educação e Royalties vinculados à Educação

14.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.



Estado do Rio de Janeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE VASSOURAS



CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Vassouras-RJ, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante Legal da contratante

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



Estado do Rio de Janeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE VASSOURAS



Pregão Eletrônico nº 006/2026
Anexo IV

Modelo de Proposta

À PREFEITURA MUNICIPAL DE VASSOURAS

ATT.: Sr. Pregoeiro Prezado Senhor,

Atendendo a consulta, para a aquisição de Material de Limpeza e higiene para atender às necessidades da Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Vassouras/RJ, requisitado pela Secretaria Municipal de Educação, conforme Tabela de descrição dos item(s), quantidade(s) e preços máximos aceitáveis do Termo de Referência anexo ao presente edital, nas condições abaixo:

Cotamos para o objeto em licitação o valor abaixo:

Item	Descrição Resumida	Marc a	Fabricante	Unidad e	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1							
2							
3							

2) O Prazo de Validade da presente Proposta é de 60 (Sessenta) dias contados da data da entrega da presente.

3) Informações Complementares:

a) Dados da Proponente:

- I - Razão Social: _____ ;
II - CNPJ: _____ Insc. Est.: _____ ;
III - Insc. Municipal: _____ ;
IV - Endereço: _____ ;
V - Telefones: _____ Fax _____ ;
VI - E-Mail: _____ ;
VII - Banco: _____ ; Agência/nº _____ ; VII - Conta- Corrente nº. _____ ;

b) Dados do representante legal que assinará o termo de contrato/ATA SRP/ATA, conforme consta no contrato/ATA SRP social ou procuração:

- I - Nome: _____ ;
II - Nacionalidade: _____ Profissão: _____ ;
III - Estado Civil: _____ Identidade nº _____ ;
IV - Órgão Exp. _____ Data de Emissão: ____ / ____ / ____ ;
V - (local) _____ .

Data: ____ de _____ de 2026.

(Assinatura do representante legal)

PREGÃO ELETRONICO



Estado do Rio de Janeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE VASSOURAS

**Pregão Eletrônico nº 006/2026****Anexo V****Preços Máximos/Critério de Aceitabilidade**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Acendedor de fogão industrial, prático e seguro, produzindo apenas faíscas, com autonomia acima de 3 mil utilizações.	339439	Unidade	199	R\$ 28,25	R\$ 5.621,75
2	Água Sanitária, multiuso, composição hidróxido de sódio e água, princípio ativo hipoclorito de sódio 2,0% a 2,5% de cloro ativo, galão contendo 05 litros	299605	Unidade	1.899	R\$ 6,91	R\$ 13.122,09
3	Álcool Etilíco, hidratado, 70º, apresentação em gel, galão com 5 litros	429225	Unidade	375	R\$ 46,09	R\$ 17.283,75
4	Álcool Etilíco, hidratado, 70º, embalagem com 1000 ml.	269941	Unidade	3.265	R\$ 10,90	R\$ 35.588,50
5	Cera Incolor liquida auto brilhante, uso, indicado para: superfícies sintecadas, granilite, paviflex, pisos vinílicos, ardósia, plurigoma, marmorite e similares. Composição: carnaúba, solvente, tensoativo não iônicos, alcalinizante, coadjuvante, 1,2 benzoisothiazolinona 3, emulsão de ceras naturais e sintéticas, dispersão acrílica metalizada, niveladores, plastificantes, fragrância, preservante e água. Fragrância de floral. Acondicionada em galões de 05 litros. Densidade (25°C) 0,99 a 1,01 g/mL; ph (25°C) 8,4 a 9,4; rendimento 60 a 80 m²/L; teor de não voláteis 13,0 a 14,0%. Com validade mínima de 12 meses a contar da data de entrega.	411673	Unidade	258	R\$ 32,63	R\$ 8.418,54
6	Copo Antivazamento Infantil 250 ml. Apresentação: Tampa e bico com furos. Capacidade igual a 250ml. Material de polipropileno. Com estampas infantis e cores diversas.	333434	Unidade	1.434	R\$ 21,00	R\$ 30.114,00
7	Desinfetante concentrado Eucalipto, para lavagem geral de superfícies, banheiros e utensílios. Por ser concentrado, proporciona otimização em sua utilização. Teor de Ativos: 25% Diluição Máxima: 1/200. Antisséptico, germicida e bactericida, aspecto físico: Líquido. O produto deve ter registro no Ministério da Saúde. Embalagem com 5 Litros, com dados do fabricante, data de fabricação e prazo de validade mínima de 05 meses da entrega.	408649	Unidade	1.514	R\$ 17,28	R\$ 26.161,92
8	Detergente em pó para roupas. Composição: tensoativo, coadjuvante, corantes, carga e perfume. Material com inscrição no Ministério da Saúde/ANVISA. Pacote contendo 1 Kg	356421	Pacote	1.386	R\$ 3,59	R\$ 4.975,74
9	Detergente líquido neutro biodegradável, com viscosidade aproximada de 370 - 470 cPs a 25°C e densidade aproximada de 1,00 - 1,03 g/cm³ a 25°C, para lavagem de louças e utensílios de copa e cozinha, frasco plástico com 500 ml.	303276	Unidade	7.586	R\$ 1,93	R\$ 14.640,98
10	Dispenser higienizador para sabonete líquido/álcool em gel com reservatório em ABS para abastecimento, com capacidade aproximada de 800 ml, com kit para fixação na parede (buchas e parafusos). Dimensões: 29 cm	404651	Unidade	142	R\$ 43,17	R\$ 6.130,14



Estado do Rio de Janeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE VASSOURAS



	de altura x 12 cm de largura e 11 cm de profundidade, aproximadamente.					
11	Escova plástica para limpeza de materiais, com alça anatômica, medindo 100 mm de comprimento, cerda dura.	448502	Unidade	93	R\$ 12,90	R\$ 1.199,70
12	Esponja de aço, embalagem contendo 08 unidades de lâ de aço e cada pacote com peso aproximado de 60 g.	225907	Pacote	1.085	R\$ 1,41	R\$ 1.529,85
13	Esponja dupla face, um dos lados em fibra sintética abrasiva na cor verde, outro lado em espuma de poliuretano na cor amarela, medidas mínimas 7,5 x 11 x 02 cm.	385187	Unidade	2.904	R\$ 0,59	R\$ 1.713,36
14	Esponja (fibra) de limpeza pesada, verde, multiuso, em fibra sintética, de limpeza geral de restaurantes, cozinhas industriais, frigoríficos e outras instalações, abrasiva para remoção de resíduos, 102 mm x 260 mm. Pacote com 10 unidades.	385311	Pacote	525	R\$ 19,90	R\$ 10.447,50
15	Flanela de limpeza, 100% algodão. 57 x 39 cm, cor laranja.	319163	Unidade	462	R\$ 5,90	R\$ 2.725,80
16	Fósforo acondicionado em caixa contendo palitos de madeira com comprimento aproximado de 4 cm, com cabeça inflamável à base de composição química segura e de fácil ignição por fricção. Produto acondicionado em maço contendo, no mínimo, 10 (dez) caixas, cada uma com quantidade padrão de palitos.	241343	Maço	233	R\$ 4,24	R\$ 987,92
17	Fralda descartável, juvenil/adulto, tamanho J, peso suportado 20 a 33 kg, tipo de cintura ajuste cômodo e flexível para dar proteção antivazamentos, loção hipoalergênica, camada ultra absorvente, barreiras antivazamento. Certificado pelo INMETRO, pacote com 10 unidades.	616012	Pacote	94	R\$ 31,12	R\$ 2.925,28
18	Fralda descartável, uso noturno e diurno, peso suportado de 6 a 10 kg, tipo de cintura ajuste cômodo e flexível para dar uma proteção antivazamentos, loção hipoalergênica, camada ultra absorvente, barreiras antivazamento, certificado pelo INMETRO, pacote com 20 unidades.	616023	Pacote	280	R\$ 36,00	R\$ 10.080,00
19	Fralda descartável, uso noturno e diurno, peso suportado de 9 a 13 kg, tipo de cintura ajuste cômodo e flexível para dar uma proteção antivazamentos, loção hipoalergênica, camada ultra absorvente, barreiras antivazamento, certificado pelo INMETRO, pacote com 20 unidades.	616024	Pacote	357	R\$ 49,90	R\$ 17.814,30
20	Fralda descartável, uso noturno e diurno, peso suportado de 11 a 15 kg, tipo de cintura ajuste cômodo e flexível para dar uma proteção antivazamentos, loção hipoalergênica, camada ultra absorvente, barreiras antivazamento, certificado pelo INMETRO, pacote com 20 unidades.	616005	Pacote	676	R\$ 86,90	R\$ 58.744,40
21	Gel Dental Infantil sem fluor, composição: Sorbitol; Água; Silica Hidratada; Lauril Sulfato de Sódio; Glicerina; Xilitol; Carboximetil celulose; Benzoato de Sódio; Sacarina Sódica. Produto registrado na Anvisa, próprio para uso diário de higiene bucal. Bisnaga com 90 g.	469571	Unidade	1.176	R\$ 4,20	R\$ 4.939,20
22	Lenço umedecido – composto de água propileno glicol, fenoxietanol C12 – C13 paret – 7, peg – 75 lanolina, polisorbato 20, benzoato de sódio,	434965	Pacote	594	R\$ 18,90	R\$ 11.226,60



Estado do Rio de Janeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE VASSOURAS



	metil parabeno, ácido cítrico, fosfato de sódio dibásico, perfume, EDTA tetrassódico, propilparabeno copoliol dimeticona, embalagem contendo 400 unidades.					
23	Limpador desengordurante, sem fragrância, acondicionado em frasco de 500 ml com spray, ideal para higienização das áreas de preparação de alimentos, como: pias, fogões, aparelhos de microondas, geladeiras e coifas.	285785	Unidade	756	R\$ 19,50	R\$ 14.742,00
24	Líquido multiuso instantâneo, 500 ml, para Remoção de gorduras, fuligem, poeira, marcas de dedos e saltos, riscos de lápis, etc., com a Seguinte composição mínima: - tensoativo Aniônico biodegradável; - tensoativo não Aniônico; - coadjuvantes; - solubilizante; - Veículo; - perfume; - ph: 7,0 (+/- 0,5); - teor de Sólidos: 15 a 16 %; - volume: mínimo 99% do Declarado na embalagem ou rótulo.	413461	Unidade	1.983	R\$ 7,20	R\$ 14.277,60
25	Lixeira inox 5 litros, com tampa e acionamento por pedal, para setor administrativo. Dimensões aproximadas: 19 x 25 cm.	306966	Unidade	167	R\$ 52,34	R\$ 8.740,78
26	Lixeira inox 12 litros, com tampa e acionamento por pedal, para banheiro. Dimensões aproximadas: altura 37,6 cm; largura 23,8 cm; profundidade 32 cm.	370526	Unidade	174	R\$ 116,02	R\$ 20.187,48
27	Luva descartável, não estéril, tamanho único, material plástico, para manuseio de alimentos, pacote contendo 100 unidades.	375837	Pacote	248	R\$ 19,00	R\$ 4.712,00
28	Luva em látex na cor amarela, com interior em algodão, medindo 31 cm de comprimento e 0,55 mm de espessura, com palma AD. Embalagem contendo um par de luvas.	327842	Pacote	614	R\$ 12,77	R\$ 7.840,78
29	Luva de procedimento, em látex 100% natural, ambidestra, com pó, acondicionada em caixa contendo 100 unidades, tamanho M.	269893	Caixa	555	R\$ 23,38	R\$ 12.975,90
30	Pá para lixo, material plástico, com cabo medindo aproximadamente 60 cm de comprimento.	419358	Unidade	81	R\$ 11,80	R\$ 955,80
31	Pano de limpeza multiuso, descartável, com fibras de poliéster e viscose, absorvente, antibacteriano, 100% biodegradável. Bobina 300 m x 28 cm. Pano picotado da bobina 28 cm x 50 cm.	449804	Bobina	273	R\$ 85,44	R\$ 23.325,12
32	Papel higiênico, folha dupla, picotado, branco, macio, gramatura 17g/m², fardo com 64 rolos, cada rolo contendo 30 m x 10 cm.	238338	Fardo	741	R\$ 71,84	R\$ 53.233,44
33	Pasta de dente com flúor (1.000 a 1.500 ppm), Fluoreto de Sódio, Citrato de Zinco e Óxido de Zinco, Glycerin/ Glicerina, Aqua/ Agua, Hydrated Silica/ Sílica Hidratada, Sodium Lauryl Sulfate/ Laurilsulfato de Sódio, Arginine/ Arginina, Aroma/ Sabor, Cellulose Gum/ Goma de Celulosa, Zinc Oxide/ Óxido de Cinc, Poloxamer 407/ Poloxámero 407, Tetrasodium Pyrophosphate/ Pirofosfato Tetrasódio, Zinc Citrate/ Citrato de Cinc, Benzyl Alcohol/ Alcohol Bencílico, Xanthan Gum/ Goma Xantân, Cocamidopropyl Betaine/ Cocamidopropil Betaína, Sodium Fluoride/ Fluoruro de Sódio, Sodium Saccharin/ Sacarina Sódica, Phosphoric Acid/ Ácido Fosfórico, Sucralose/ Sucralosa, CI 77891/ Dióxido de Titânio (CI 77891). Fluoruro de Sódio (1450 ppm de Flúor) (1450 µg/g de Flúor). Bisnaga com 70 gramas. Produto registrado na Anvisa, próprio para uso diário de higiene bucal.	620628	Unidade	473	R\$ 7,65	R\$ 3.618,45
34	Prendedor de roupas, em madeira com mola, pacote contendo 12 unidades.	602437	Pacote	131	R\$ 8,00	R\$ 1.048,00



Estado do Rio de Janeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE VASSOURAS



35	Rodo de plástico, 50 cm, alta qualidade, com borracha dupla de EVA, cabo plastificado.	328294	Unidade	263	R\$ 14,00	R\$ 3.682,00
36	Rodo em madeira, medindo, aproximadamente 30 cm, com cabo de madeira.	253207	Unidade	80	R\$ 19,00	R\$ 1.520,00
37	Sabão de coco em barra de 200 g: glicerinado, à base de óleo de coco – mínimo de 55%, coadjuvantes, glicerina, agente antiredepositante e água. Testado dermatologicamente. Registro na ANVISA/MS. Demais parâmetros de produção de acordo com a legislação vigente para produtos de limpeza e específica para o produto. Embalagem com 05 unidades	226629	Pacote	539	R\$ 14,35	R\$ 7.734,65
38	Sabão em barra, de glicerina, 200g, na cor azul. Embalado em saco plástico, EB 56/54 da ABNT, contendo 05 unidades. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote e validade.	238155	Pacote	255	R\$ 14,93	R\$ 3.807,15
39	Sabonete de glicerina com pH da pele, uso da cabeça aos pés, hipoalergênico, oftalmo e dermatologicamente testado, sem parabenos, sem corantes. Galão de 5 litros. Produto registrado na Anvisa.	628582	Unidade	504	R\$ 28,64	R\$ 14.434,56
40	Saco plástico para lixo, 200 litros preto, com 100 unidades, reforçado, medindo 75 x 105 cm, fabricado em polietileno de baixa densidade, acondicionados em pacotes. Devendo possuir em sua embalagem todos os dados de acordo com a Lei do Consumidor.	307322	Pacote	229	R\$ 58,00	R\$ 13.282,00
41	Sanitizante para hortifrutícolas, em pastilhas efervescentes, princípio ativo: Dicloro-S-Triazinetrione de Sódio, 40,81% p/p de cloro ativo. Pote com 100 pastilhas.	631331	Unidade	210	R\$ 89,25	R\$ 18.742,50
42	Saponáceo em pó, sem fragrância, embalagem de 300g	456396	Unidade	346	R\$ 9,90	R\$ 3.425,40
43	Toalha de papel, material papel, tipo folha 2 dobras, acondicionado em pacote de 1000 folhas	389042	Pacote	2.519	R\$ 14,50	R\$ 36.525,50
44	Vassoura de piaçava, alta qualidade, chapa 03, com cabo de madeira.	226140	Unidade	249	R\$ 25,20	R\$ 6.274,80
45	Vassoura multiuso, com cerdas de nylon, alta qualidade, com cabo plastificado. Para uso exclusivo nas áreas de preparo e consumo de alimentos. Base de 30 cm e cabo de 120 cm.	254496	Unidade	265	R\$ 28,66	R\$ 7.594,90
46	Vassourinha aplicada para limpeza de pias e tanques, com cerdas de nylon, formato redondo, com cabo de plástico.	239653	Unidade	265	R\$ 17,81	R\$ 4.719,65
47	Vassourinha de piaçava, aplicada em limpeza de vaso sanitário, formato redondo, virola de aço envolvendo a piaçava, com cabo de madeira.	232390	Unidade	152	R\$ 3,79	R\$ 576,08

R\$ 574.367,86

